ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - 04/11/2021.

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e dez minutos, no formato virtual, link http://meet.google.com/pnn-sznd-xoi, participaram os seguintes membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico - COMSAB: Laudelino de Bastos e Silva (SMMA); Kelly Cristinne F. dos Santos e João Gaudêncio Neto (Gab. Prefeito); Guilherme G. Pereira (FLORAM); Alcino Caldeira Neto (SMCAM); Cristiane Quimelli Snoijer (VISA); Alexandre João Vieira (SMSP); Francisco José Guedes Pimentel (CASAN); Wilson R. Cancian Lopes (COMCAP); Leandro L. Freitas (IPUF); Fernando César Demetri (ACIF); Eugênio L. Gonçalves e João Henrique Mertem Peixoto (Ass. Morad. Ent. Com.); Albertina da S. de Souza e Sulimar Vargas Alves (UFECO); Djan P. de Freitas (ABES/SC); Pablo Heleno Sezerino (UFSC); Leonardo da Silva (SINTAEMA); Tatiana da Gama Cunha e Fabiane A. Tasca Goerl (Ent. relac. ao San. Básico, Maricultura e Meio Ambiente); Carlos B. Leite e Emerilson Gil Emerim (SINDUSCON), totalizando dezessete (17) instituições do Conselho representadas na reunião, perfazendo um total de vinte e dois (22) conselheiros. Também participaram da reunião: Aline Sardá, Eduarda Coradini, João Henrique Quissak Pereira (SMMA); Patrice J. Barzan (CASAN); Arnaldo Camargo de Freitas; Carlos Apollaro; Ricardo Levi e as secretárias executivas do COMSAB Tânia Homem e Paulina Korc, completando trinta e um (31) participantes. A 8ª Reunião Ordinária Virtual do COMSAB foi conduzida pelo presidente em exercício, **Laudelino de Bastos e Silva** que, considerando haver quórum regimental necessário, confirmado pela secretária executiva do COMSAB, iniciou a reunião agradecendo a participação de todos, solicitou que façam o registro da participação no Chat e justificou a ausência do conselheiro Carlos André Pincelli (VISA) sendo homologada pelos conselheiros participantes. **Laudelino** colocou em apreciação as atas da 7ª Reunião Ordinária de 30/09/2021 e 8ª Reunião Extraordinária de 15/10/2021, sendo aprovadas por unanimidade. Na sequência, **Laudelino** passou a palavra à Engª. Patrice Juliana Barzan, Gerente de Meio Ambiente da CASAN para realizar a apresentação sobre as licenças ambientais de todas as estações de água e esgoto em operação e em construção em Florianópolis, com destaque nas dificuldades encontradas pela CASAN nas licenças ambientais para a ETE do Rio Tavares. **Patrice** apresentou o panorama sobre licenciamento ambiental de todos os sistemas em operação e em construção em Florianópolis, iniciando sobre os Sistemas de Abastecimento de Água, relatando sobre o Sistema Integrado de Água (**SIA) Grande Florianópolis:** LAO Nº 6734/2019, vigente até 09/10/2023 – Portaria de outorga da SDE Nº 159/2016 vigente até 03/08/2031. Q = 2.000 L/s rio Vargem do Braço e Q = 3.000 L/s rio Cubatão. **SAA COSTA SUL/LESTE:** LAO Nº 4640/2020, vigente até 05/08/2024 - Portaria de outorga da SDE Nº 212/2017 vigente até 11/08/2027. Q= 200 L/s. **SAA COSTA NORTE**: Ainda não possui LAO. Foi encaminhado o pedido RD LAO IMA FCEI Nº 510460, de 07/02/2019, que permanece em análise no IMA. Foi remetido o Requerimento de Outorga DSUST 2070/2018, de 24/09/2018, o qual foi devolvido à CASAN para que faça algumas complementações. **SAA CAMPECHE**: Em 2017 foi encaminhado o pedido de LAO, RD LAO IMA FCEI Nº 466281, de 06/11/2017, o qual ainda não foi analisado. Também remetido o Requerimento de Outorga DSUST 1207/2016, de 27/06/2016, o qual foi analisado e foi emitida Portaria 151/2017, vigente 14/06/2027 em relação a um (01) dos oito (08) poços que fazem parte do SAA. Os demais poços estão

aguardando a regularização dos terrenos em nome da CASAN. Q= 50m³/h. Já em relação aos Sistemas de Esgotamento Sanitário, **Patrice** informou: **SES INSULAR** - LAO 4723/2019, vigente 31/07/2023. ETE Q= 278L/s (média atual). Tratamento secundário. Obra de ampliação: ETE Q= 612 L/s (média final de plano - 2032) - Tratamento terciário. Rede coletora das bacias D e F. LAI 3948/2018, vigente 16/04/2024. **SES SACO GRANDE:** LAO 5661/2015, vigente 09/09/2019. ETE Q= 11,5 L/s (média atual). Tratamento secundário. Foi encaminhado o pedido RD Renovação LAO FCEI 517777, de 09/05/2019. Paralelamente existe a obra de ampliação: ETE Q= 84,5 L/s (média final de plano - 2032). Tratamento terciário. Rede coletora bairros: Sambaqui, Santo Antonio de Lisboa, Cacupé, João Paulo e Saco Grande. Licenciada pela LAP 3024/2016, vigente 10/05/2019. LAI 3948/2018, vigente 16/04/2024. AuC 173 e 174/2019, vigente 08/04/2022. **SES CANASVIEIRAS:** Teve duas Licenças de Operação vigentes ao mesmo tempo, sendo a LAO 7009/2016, vigente 06/09/2020 e a LAO 5887/2018, vigente 06/09/2020, porque no ano de 2015 o verão foi muito chuvoso e foram desenvolvidas ações por conta do Rio do Brás. Para tanto, a CASAN implantou a segunda ETE. Q = 193,7 + 100,0 L/s (média atual). Tratamento terciário. Foi remetido o pedido RD Renovação LAO FCEI 548485, 04/05/2020. **Patrice** destacou que, quando o pedido de renovação da LAO é remetida cento e vinte (120) dias de antecedência ao vencimento da licença, a LAO fica automaticamente prorrogada. **SES BARRA DA LAGOA:** LAO 4193/2016, vigente15/06/2020. Q = 63,0 L/s (média atual). Tratamento secundário. Foi remetido pedido de RD Renovação LAO FCEI 546077, de14/02/2020, que está em análise. Paralelamente foi emitido o pedido de ampliação do Canteiro de Aspersão, RD ampliação LAI FCEI 510497. Aguardando manifestação do Conselho do Parque do Rio Vermelho (PAERVE). **SES LAGOA DA CONCEIÇÃO:** LAO 8457/2016, vigente 26/10/2020. Q = 50,0 L/s (média atual). Tratamento secundário. RD Renovação LAO E 047464/2020, 19/06/2020. Após o evento ocorrido em 25/01/2021, a FLORAM aguarda execução do Programa de Recuperação de Área Degradada (PRAD) para emitir a LAO do SES. Na oportunidade, **Patrice** discorreu brevemente sobre as áreas de intervenção do PRAD, salientando que, enquanto a CASAN não concluir o PRAD, a FLORAM não emitirá a LAO. **SES INGLESES:** LAP 3259/2015, vigente 29/05/2019. LAI 1911/2017, vigente 22/06/2022. Q = 105,0 L/s (média final de plano). Tratamento terciário. Bairros: Ingleses e Santinho. **SES CAMPECHE/RIO TAVARES**: ALA 09/2014 foi emitida pelo ICMBIO que permitiu a emissão da LAP 8895/2014, vigente 04/12/2016. A ALA autorizava o lançamento do efluente no Rio Tavares. Em 2016, o IMA emitiu a LAI 5591/2016, vigente 29/07/2021 – suspensa desde setembro/2020, porque em 2017, quando a CASAN 09/2017 informou que iria iniciar a obra, o ICMBIO foi até a CASAN, informando que se a obra iniciasse a ALA seria cancelada. Em 2017, após tratativas entre os órgãos envolvidos, o ICMBIO concordou em emitir uma ALA desde que o efluente tratado da ETE fosse lançado nos canais de drenagem da Baía Sul. A ETE tem capacidade para tratar Q= 200,0 L/s (média final de plano), com tratamento terciário, porém, a LAI só permite concluir a construção da ETE e colocar em operação as bacias 18 e 10, que são do Campeche, totalizando Q= 60,0 L/s. **Patrice** discorreu sobre o marco histórico em relação aos licenciamentos do SES Campeche, porque o Sul da Ilha tem um projeto maior que é o Sistema de Disposição Oceânica (SDO), que está em fase de licenciamento no IMA. Uma das etapas imediatas para implantar seria a construção da ETE e colocar em

operação as redes dessas duas bacias. Em 2013 a CASAN fez o pedido de Licença Prévia ao IMA. O ICMBIO emitiu uma ALA indicando várias condicionantes e em, 2014, o IMA emitiu a Licença Prévia, permitindo o lançamento no Rio Tavares, até Q: 200 L/s. Na sequência, a CASAN iniciou os estudos solicitados pelo ICMBIO e, conjuntamente, buscaram assessoria das universidades e a EPAGRE. Em 2016, quando foi emitida a LAI, a CASAN anunciou que daria início à obra. Na oportunidade, o ICMBIO se manifestou informando que cancelou a ALA e disse que se a obra iniciasse a mesma embargaria. Em dezembro de 2017 o IMA autorizou o lançamento na Baía. A CASAN solicitou a prorrogação da LAI para dar continuidade à obra. Em abril/2019, o IMA realizou vistoria no empreendimento e informou os técnicos que a LAI que havia emitido e com base na autorização não valia mais. **Patrice** esclareceu que comunicação entre os órgãos ambientais é conduzida por eles mesmos e não pelo empreendedor. Com a ALA de 2017, a CASAN fez o processo de licitação para contratação de novo estudo de alternativas de lançamento de efluente tratado da ETE do Rio Tavares. Em setembro/2020, o IMA não cancelou, mas suspendeu a LAI e solicitou à CASAN que, assim que estiverem concluídos, encaminhe os estudos sobre as alternativas de lançamento de efluente, ao IMA para fazer a análise e rever a LAI. A CASAN contratou a Empresa ENGEPLUS Engenharia e Consultoria, para realizar os estudos, a qual já entregou grande parte dos relatórios solicitados e está em fase de elaboração de alguns produtos. Na oportunidade, estão sendo estudadas outras possibilidades de lançamentos, além do solicitado pelo IMA. A probabilidade de que o estudo seja concluído até o final do corrente ano. **Patrice** disse que a maior dificuldade no estudo ambiental no Rio Tavares é a modelagem de água subterrânea pela dificuldade de encontrar áreas e conseguir a autorização dos proprietários para realizar os estudos. **Patrice** concluiu informando que a CASAN está aguardando para poder dar continuidade ao processo de licenciamento. Finalizada a explanação, foi aberta a palavra. Na oportunidade, **Emerilson** se manifestou solicitando esclarecimento se o SES Campeche é uma alternativa do SES do Rio Tavares ou se as estruturas são separadas. **Patrice** esclareceu que no EIA/RIMA do Sistema são estruturas separadas, no entanto a ideia é realizar o tratamento preliminar na ETE Rio Tavares, com tratamento terciário, com possibilidade de tratar no máximo Q: 200 L/s até quando for lançado no local onde o estudo indicar. Os primeiros bairros a serem atendidos seriam no entorno do RESEX, como Ressacada e Carianos e, posteriormente, o que está estabelecido no EIA-RIMA. Patrice salientou que quando o Sistema estiver concluído, a ETE terá que ser modificada porque a vazão do emissário é muito maior. **Emerilson**, como representante do SINDUSCON, solicitou que a CASASN realize esta apresentação para os empreendimentos em fase de LAP, considerando as novas concepções. Salientou que há dois anos, desde a audiência pública, não teve maios informações a respeito do Emissário Submarino. Enfatizou que o Conselho pudesse acompanhar o andamento desses licenciamentos. **Emerilson** questionou a forma como é realizada a renovação da licença em que, é solicitada a renovação e, enquanto o órgão responsável não se manifestar, a licença permanece vigente, desde que solicita em tempo hábil. Na oportunidade, **Emerilson** questionou a morosidade do IMA em renovar a LAO, quando a legislação determina o tempo de um mês para sua emissão. Sugeriu que o Conselho de Saneamento, juntamente com a CASAN requisite informações junto ao IMA acerca do atraso da liberação dos licenciamentos. **Emerilson**

lamentou que existem mecanismos que travam o processo de licenciamento quando se tratam de obras como presídio, estação de tratamento de esgoto, dentre outros similares, enfatizando que por vezes o posicionamento é mais 'bairrista' do que da coletividade. **Emerilson** também se manifestou em relação ao novo marco do saneamento, salientando que espera do Município em relação à CASAN, a cobrança das metas e a clareza dos passos para alcançar a plenitude do atendimento do saneamento no Município. Em relação ao planejamento do saneamento, **Laudelino** informou que a Prefeitura protocolou, em julho-2021, na Câmara de Vereadores a primeira revisão do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico (PMISB) de Florianópolis. Nesta revisão houve readequação de metas, para que se possa alcançar a universalização do serviço de água e esgoto até o final de 2032, quando do prazo final da concessão da CASAN. **Laudelino** disse que o texto completo da revisão do PMISB está disponibilizado no site da PMF, link: https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/saneamento/index.php?cms=revisao+pmisb+2021&menu=7&submenuid=2410. Em relação ao licenciamento do SDO, **Patrice** disse que o IMA analisou o EIA-RIMA e emitiu a Informação técnica em outubro de 2020, onde solicitaram sessenta e três (63) quesitos, sendo dois estudos complementares, sendo um a complementação da modelagem marítima e um novo diagnóstico sócioeconômico, com prazo para fevereiro de 2022. **Emerilson** destacou que essas informações devem ser divulgadas para mostrar à sociedade civil que a CASAN está trabalhando, o que daria mais credibilidade à Companhia e traria mais confiança junto à opinião pública. Em relação à destinação final do efluente da água tratada, solicitada pelo **Laudelino**, **Patrice** informou que todos os Sistemas que tem LAO tem o tratamento do efluente implantado e operando, tanto a Lagoa do Peri, quanto SIA, ETA Morro dos Quadros, ETA do Campeche. Já a ETA de Canasvieiras não é necessário porque não tem resíduos. **Eugênio** se manifestou indagando a situação dos estudos de concepção dos sistemas de água e de esgotamento sanitário, considerando que o estudo é precedente a tudo o que está sendo discutido. Disse da importância de ter um panorama sobre o estudo pois, avaliando a capacidade da ETE Campeche que está com Q: 200 L-s, isso representa o atendimento de quantas moradias. Assim como a construção da ETE Ingleses vai atender quantos moradores, indagou. **Eugênio** enfatizou que é importante a sociedade ter ciência do panorama de atendimento de cada ETA e ETE, para ficar mais tranquila. Neste sentido, **Laudelino** informou que a Prefeitura, em conjunto com a CASAN, está concluindo o Termo de Referência (TR) para contratação da consultoria técnica que irá elaborar os estudos de concepção para destinação final do efluente tratado do esgotamento sanitário. Atualmente há um decreto nomeando dois grupos de trabalho, sendo um destinado ao estudo de concepção da água e outro para destinação final do efluente tratado do esgotamento sanitário. Já foi realizada a publicação da concepção básica do estudo, foi encaminhado à CASAN que elaborou o TR analisado pelo grupo de trabalho e, atualmente, a CASAN está realizando os últimos ajustes para que seja realizado o processo licitatório definindo a empresa que realizará o estudo técnico para apontar as opções para implementação da destinação final do esgotamento sanitário. **Laudelino** salientou que o Emissário Submarino não foi contemplado no PMISB e nem na revisão, porque é necessária a realização de amplo estudo técnico e científico, ratificando os estudos realizados pela CASAN, para que a Câmara de Vereadores e a sociedade possam entender as

soluções que serão ser implementadas em Florianópolis. Isso não é uma obrigação da concessionária, a qual já realizou os estudos técnicos, emitiu o pedido de licenciamento, fez os estudos oceânicos necessários, porém atualmente não é uma obrigação definida dentro do PMISB. Em relação a água, os estudos permanecem junto ao grupo técnico que, em conjunto com a CASAN, estão realizando levantamentos para saber exatamente qual será a modelagem a ser adotada para fazer os estudos. Assim que estes estudos estiverem concluídos, será realizada uma nova revisão do PMISB para inclusão dessas soluções que serão apontadas. Na oportunidade, **Laudelino** disse que, para a próxima reunião, convidará os técnicos responsáveis pelos dois grupos de trabalho, para apresentar o que já foi desenvolvido e o status do trabalho de cada grupo que ainda encontra-se em evolução. Em relação à colocação do Eugênio, **Patrice** disse que cabe à Prefeitura e à CASAN mostrar ao Conselho o panorama da situação atual do abastecimento e uma previsão de futuro de quais opções seriam possíveis e o que os técnicos da concessionária estão estudando para atender essas opções. Em relação a água, a CASAN está solicitando uma outorga preventiva para realizar uma captação nova no Rio Biguaçu, mais precisamente na divisa entre Biguaçu e Antônio Carlos, para reforçar o SIA. Desta forma, o Município de Biguaçu não precisará mais atendido pelo SIA. Em relação ao esgoto, a CASSAN tem a intenção de realizar a última análise do TR e remeter à Prefeitura na primeira quinzena de novembro. A princípio, uma das alternativas para o Sul da Ilha seria o emissário e, para o norte da Ilha, foi realizado um estudo de concepção oceanográfico para identificar o melhor local possível para fazer o emissário do Norte da Ilha. **Emerilson** questionou sobre o pedido de novos estudos em relação à disposição final do efluente tratado de esgoto, considerando que a concessionária já realizou os estudos necessários e emitiu o resultado. Disse que, como técnico da área, não entende o motivo pelo qual o SDO não foi contemplado na revisão do PMISB. Na oportunidade, enfatizou que a parte insular de Florianópolis, é composta por nove Unidades de Conservação, 70% de áreas protegidas, cursos de água que não tem vazão para receber efluente tratado, ou seja, na sua avaliação, não tem outra alternativa a não ser o SDO, com exceção de algumas áreas específicas. Embora a complexidade dos quesitos exigidos pelo órgão ambiental, **Emerilson** questionou o longo período que a CASAN tem para responder. **Laudelino** disse que a área técnica tem clareza em relação ao emissário submarino, porém não é consenso no Município. Para tanto, para dar encaminhamento mais reforçado junto à Câmara de Vereadores e a sociedade, e também para que a CASAN não ficasse sozinha na defesa de uma solução técnica, a estratégia da Prefeitura é buscar um segundo estudo técnico e científico que pudesse embasar os encaminhamentos e contrapor qualquer questionamento que possa divergir da solução proposta. Em relação a este assunto, **Eugênio** falou que a Lei 11.445-2007, exige que todos os municípios tivessem o PMISB onde seriam definidas as regras, no mesmo ano o munícipio criou a Lei 7474-2007. Em 2012 foi aprovado pela Prefeitura o PMISB, aprovado pela Lei 9400-2012. Houve revisão em 2018 e consulta pública em 2020-2021. Na oportunidade, sugeriu que a habilitação poderia ser realizada por meio de uma conferência, mas enfatizou que o mais importante é o estudo de concepção pois é a partir deste, que é possível ter certeza de todas as ações que poderão ser executadas e tirar as dúvidas da sociedade. Destacou a importância de agilizar os dois estudos de concepção. Em relação ao emissário submarino, **Fernando** disse que, na sua avaliação, a

revisão do PMISB já contemplou o emissário submarino. Não tem clareza se foi uma sugestão ou uma afirmação. Disse ainda que na colaboração da ACIF, propuseram a inserção do SDO na revisão. Em relação às colocações da Patrice, **Fernando** refletiu que, por vezes, muito além da avaliação técnica e ambiental, existem outros interesses que não são dessa ordem. Neste sentido, indagou se há alguma interferência externa que está interferindo e impedindo a sequência do trabalho. **Patrice** informou que, institucionalmente a posição dos técnicos da Companhia é muito clara em relação ao que deveria ser feito para alcançar a cobertura de saneamento no município, tanto é que, por conta própria, a CASAN fez estudos de impacto ambiental para instalação de emissários, fez estudos de concepção no Norte da Ilha e, enfatizou que, foram coisas feitas internamente. Ponderou em concordância à fala do conselheiro Fernando, que é preciso ter a vontade política para fazer essas obras de saneamento e que, moramos em um local que é extremamente sensível, uma região que tem uma Universidade Federal de Santa Catarina que produz muito conhecimento, mas que também às vezes, produz muitas dúvidas. **Patrice** enfatizou que fala isso por experiência própria, por contato com colegas de varias áreas da universidade. Discorreu sobre alguns questionamentos em que as pessoas têm muito receio de ter o tratamento por emissário, pois não tem conhecimento de como funciona e imaginam que vai estragar a praia; que se trata de uma obra de grande intervenção, mesmo que a ideia de construção concebida internamente pela CASAN prevê o método não destrutivo, por meio de túnel, portanto, não haveria escavação a céu aberto e, enquanto o local estivesse em obras, o trecho da praia ficaria interditado, o receio existe. Destacou que o Estado ainda tem um baixo índice de cobertura de esgoto nos municípios, principalmente nos municípios do litoral e não só em Florianópolis, exemplificando também Paulo Lopes, Garopaba e Bombinhas. Como Gerente de Meio Ambiente, **Patrice** refletiu que em qualquer município do litoral se percebe uma dificuldade muito grande, não há essa conversa de forma aberta, como o Emerilson colocou, em que as pessoas acreditam na técnica, na engenharia. A população está ocupando áreas sensíveis com residências e loteamentos que estão se ampliando cada vez mais, sendo construídos em cima de mangues, de áreas de transição, de áreas sensíveis, de dunas e, essas áreas tem que ter a rede coletora. Podemos ter a infraestrutura de moradia nessas áreas, porem não podemos implantar uma rede de água e de esgoto, pois se a rede de esgoto um dia entupir ou estourar poderá contaminar aquele local, ou se der uma chuva e extravasar, a culpa será da rede de esgoto e não das pessoas que ocuparam aquele local. Então é essa a realidade de Florianópolis e de todos os municípios do litoral de SC. Patrice mencionou que, faz o licenciamento de obras e saneamento em diversas regiões do Estado. Citou o exemplo do crescimento populacional de Araguari, pois Joinville não tem mais para onde crescer, se expandindo para Araquari, que também é área de transição de mangue. Então, não é uma realidade apenas de Florianópolis e, não adianta pensar em só proteger a Ilha, ou proteger a Lagoa do Peri. A **Gerente de Meio Ambiente da CASAN** destacou que é preciso preservar sim, mas para usar de maneira racional, para nos dar serviços ambientais em que a comunidade possa usar no futuro. Se quisermos ter equilíbrio, temos que olhar para o problema de forma não romantizada, mas de forma séria e consciente, no sentido de tentar resolver. Não adianta colocar uma cerca nas três pontes que dão acesso à Ilha e querer que as pessoas não venham mais morar em Florianópolis. Florianópolis terá, cada

vez mais, prédios e residências, seja com a CASAN operando o sistema de saneamento, seja com uma empresa privada. **Emerilson** comentou a titulo de ressalva que, às vezes, as pessoas querem impedir uma estação de tratamento de efluentes com medo que propicie a maior ocupação urbana do bairro. Destacou que já ouviu ONG dizer que não queria estação da CASAN num terminado local alegando que a estação traria mais residências para aquele bairro. **Patrice** destacou que, no Sistema Costa Norte, onde existe o Sistema de Canasvieiras, a CASAN não está dando viabilidade de esgoto, desde 2019, pois estão proibidos pelo Ministério Publico Federal. Na Lagoa da Conceição também não estão dando viabilidade desde 2020, antes do evento. Esclareceu que a concessionária não emite a viabilidade, mas o empreendedor consegue empreender fazendo seu sistema de tratamento individual e é isso que está ocorrendo. Muitos condomínios das cidades litorâneas, onde não existe sistema de tratamento de esgoto coletivo, tem seu sistema de tratamento individual que não é fiscalizado como ocorre no sistema centralizado. É uma falácia, quando se pensa que o sistema centralizado é o maior poluidor. O risco é maior, afirma **Patrice**, pois se trata de uma vazão maior num único local, o risco de acontecer um problema, ele existe, só que para isso temos, na CASAN, o programa de gerenciamento de risco, com meios de estancar e de prevenir. O conselheiro **Fernando** comentou que as colocações da Patrice foram muito sinceras e pontuais, entende que não se pode colocar uma redoma sobre a Ilha, dizendo aqui não se pode fazer mais nada, pois, de uma forma ou de outra, a Ilha vai se degradar sozinha. Parece que as pessoas que nela vivem não entendem que a Ilha é de todos e, que, essas intervenções pessoais, ou irracionais, acabam emperrando todo o sistema de saneamento de Florianópolis, ou seja, nós somos amigos do saneamento e ao mesmo tempo inimigos do saneamento. **Fernando** mencionou que parece que existe uma interferência político partidária, ideológica, ou seja, ‘eu quero saneamento, mas não falem comigo de saneamento, eu vou tocando para o riacho, para a praia’. Salientou que a cultura ou a aculturação de Florianópolis é que esta provocando toda essa situação de destruição da Ilha, pois, ao mesmo tempo em que se fala que não se quer a estação de esgoto, na outra porta, a pessoa esta pedindo pelo esgoto. Questionou: Se não pode jogar no Rio Tavares vai jogar para onde? Já que não tem emissário, vai jogar para onde? Para o fundo da terra? Na oportunidade, **Fernando** pediu desculpas pelo desabafo, mas salientou que percebe interesses que muitas vezes são silenciosos, mas que, por outro lado, fazem muito barulho e interferem no dia a dia do saneamento, concluiu. **Laudelino** comentou que esse é o trabalho, é o dia a dia, fazer com que isso se minimize e que se consiga chegar a um resultado final. Enfatizou que no programa de fiscalização é perceptível que muitas das pessoas que vão às ruas exigindo do poder público soluções de problemas sociais são as que, nas suas residências, ligam seu esgoto na rede pluvial. O conselheiro **Fernando** destacou que, tanto as colocações do Emerilsom, como da Patrice, são sérias e precisas. **Laudelino** de posse da palavra esclareceu que, na página 78 do documento da revisão do PMISB, onde cita a questão do emissário do Campeche, se assim apontarem os estudos. Destacou que não está colocado como meta, se foi colocado numa versão preliminar, na versão final não está mais contemplado e não está na estrutura de investimento que a CASAN tem que fazer ao final do contrato. Esclareceu que foi retirado estrategicamente para que se possa concluir os estudos e dar a garantia técnica e científica que as soluções a serem apresentadas possa tem uma

garantia além da CASAN. Mencionou que o conselheiro Eugênio levantou muito bem essa questão, e que tem pedido à equipe técnica para agilizar. **Laudelino** destacou a informação de que a CASAN está concluindo a análise final da TR para a contratação da consultoria. Na sequência, de posse da palavra, o conselheiro **Djan** mencionou que, com relação à fala da. Patrice, entende que existe fiscalização das estações descentralizadas, sistemas de tratamento individual de esgoto, inclusive são fiscalizados pelos mesmos órgãos que fiscalizam a CASAN e que prestam contas para Vigilância Sanitária, FLORAM e IMA. **Djan** disse que acredita que eles tenham também, programas como a CASAN, no sentindo de dar respostas ao órgão licenciador e que, deve ser feito rotineiramente como na CASAN. O conselheiro **Emerilson** reforçou a fala do Djan, mencionando que, de fato, as estações de tratamento coletivo são muito fiscalizadas, precisam ter engenheiro responsável, o IMA é responsável pela fiscalização e que, tem encontrado as mesmas dificuldades que a CASAN. **Emerilson** entende que devam unir esforços, pois o problema de ambos é o mesmo, ou seja, onde jogar os efluentes tratados? **Patrice** esclareceu que não é contra as estações individuais e nem os sistemas de tratamento descentralizados. Informou que existem duas ações civis públicas (ACP) do Ministério Público Federal contra a CASAN e o Município de Florianópolis. Uma ACP exigindo que a CASAN retire o lançamento dos efluentes de Canasvieiras da drenagem que corre para o Papaquara em Ratones. O ICMBIO não aceita que nenhum efluente tratado seja lançado em qualquer drenagem que caia no Papaquara ou Ratones, pois, na foz do Rio Ratones tem uma Unidade de Conservação de Proteção Integral Federal. O mesmo raciocínio cabe para RESEX do Pirajubaé, onde o ICMBIO também foi contra o lançamento no Rio Tavares porque, mesmo sendo uma unidade de uso sustentável, existe ali uma comunidade de pessoas que vivem da coleta de berbigão. Tecnicamente se prova que é um entendimento equivocado, pois hoje, onde não existe rede coletora, toda drenagem cai no Rio Tavares e o esgoto está indo, ou sem tratamento ou passa pelo solo, ou algumas residências possuem fossa sumidouro, mas não se sabe como isso está, se está ligada à drenagem, se está sendo limpa. Então, atualmente, existe uma poluição difusa que cai totalmente na bacia do Rio Tavares, ao mesmo tempo em que se tem esse pensamento, existe outros grupos na cidade que não entendem como os técnicos do ICMBIO entendem. Os técnicos do ICMBIO nunca foram contra, por exemplo, a questão dos emissários. **Emerilson** fez uma ressalva, dizendo que os empreendimentos de Florianópolis estão buscando tratamento com estação própria de esgoto, pois a CASAN está impedida e embargada, isso é gravíssimo, não é uma escolha. **Fernando** mencionou que as demoras nas licenças são por receio, por medo. **Emerilson** salientou que, risco ambiental é diferente do dano ambiental. Por fim, **Laudelino** agradeceu em nome do Conselho à Engª. Patrice e mencionou que fez algumas anotações as quais, posteriormente, discutirá com os membros do Conselho para decidirem quais encaminhamentos serão tomados no sentido de auxiliar a CASAN e a Prefeitura na agilidade desses processos que estão hoje nos órgãos ambientais. Mencionou a Secretaria do Meio Ambiente e a equipe da FLORAM que possuem larga experiência e podem contribuir de forma mais efetiva nessas questões, dando mais tranquilidade operacional para todos. **Laudelino** agradeceu também a todos os participantes que ajudaram bastante na construção da presente reunião e reiterou a informação de que organizará, junto aos coordenadores do Grupos de trabalho uma apresentação sobre a questão dos Estudos para

Concepção da Destinação Final de Água e Esgoto. **Emerilson** sugeriu chamar o diretor de saneamento do IMA para a reunião. A apresentação realizada nesta reunião está disponibilizada https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/saneamento/index.php?cms=apresentacoes+comsab&menu=4&submenuid=2391. Nada mais havendo a tratar, **Laudelino de Bastos e Silva** encerrou a reunião e eu, **Paulina Korc**, e **Tânia da Silva Homem** redigimos a presente ata.